

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## A LDO e o mercado

A revisão dos parâmetros de 2025 apresentados no ano passado para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 tira credibilidade do governo no mercado financeiro. Técnicos instalados na Avenida Faria Lima, em São Paulo, estão desconfiados de que o déficit zero prometido para o ano que vem será difícil de cumprir, tal e qual será este ano.

## A hora de Moro

As apostas de advogados e juristas são as de que o senador Sérgio Moro, tal e qual Gabriela Hardt, será punido nesta terça-feira no Conselho Nacional de Justiça.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



## A hora dos candidatos

Os deputados do PL dispostos a concorrer a mandatos de prefeito este ano prometem comparecer em peso à audiência pública da Comissão de Segurança Pública com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Será o momento de emparedar o ministro nesse campo e ter tudo registrado para exibir nas redes sociais ao longo da campanha.

## E os vetos, hein?

Se quiser preservar os vetos às saidinhas e ao Orçamento deste ano, o governo só tem uma saída esta semana: adiar a votação. Em relação às saidinhas, o governo tem o apoio do Fórum de Segurança Pública. Mas, até agora, ninguém entrou em campo para ajudar o Planalto.

# Lula segura os seus

Antes de conquistar mais votos ao centro, o governo trabalha para segurar os eleitores que elegeram o PT cinco vezes para dirigir o país. Por isso, todo o foco tem sido dado a programas sociais como o "Terra da Gente", lançado esta semana no Planalto, com direito a formação de uma mesa de trabalho com integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST), que promoveram invasões em 11 estados só neste mês de abril. As ações do governo vêm no sentido de evitar o que ocorreu no passado, quando um grupo deixou o PT para formar o PSol.

Em tempo: por mais que o PSol, hoje, seja um partido aliado, a ponto de receber o apoio para disputar a prefeitura de São Paulo, é outra legenda que disputa espaço na esquerda com os petistas. E não dá para deixar os movimentos sociais apartados do governo, prontos para serem acolhidos por outras siglas.



## CURTIDAS

**Quem planta, colhe/** Depois de plantar jabuticaba no Alvorada, Lula recebeu, agora, dois pés de guaraná. Ao saber que demora de quatro a cinco anos para dar frutos, não titubeou. "Agora, vou ter que ficar mais tempo para colher esse guaraná", brincou.

**Muita calma nessa hora/** Embora o presidente tenha dito que ninguém deseja pedir que pare de lutar pela reforma agrária, a solenidade dessa segunda-feira foi justamente para evitar as invasões.

**Por falar em solenidade.../** O presidente não gostou nada da visita ao Ceará há alguns dias. É que o prefeito de Iguatu é do PSD, e ele e o PT estão em guerra por causa das eleições. A ordem, agora, é passar a visitar locais onde a disputa não esteja tão acirrada entre os aliados do governo. Vai ser difícil.

**... vai dar confusão/** Os petistas não querem ver o presidente promovendo prefeitos que vão concorrer diretamente com o Partido dos Trabalhadores. Em especial, nos pequenos municípios.

**Outros conflitos/** Lula até aqui seguiu o conselho dos amigos: ficou fora do conflito entre Irã e Israel. Esta semana, o foco da agenda internacional do presidente será a tensão entre Equador e México e, de quebra, a eleição na Venezuela, temas a serem tratados na reunião com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro.

## LAVA-JATO

# CNJ afasta Gabriela Hardt

Três desembargadores também foram atingidos e são acusados de prevaricar e violar decisões do STF

» RENATO SOUZA

Gil Ferreira/Agência CNJ



**Juíza Gabriela Hardt foi afastada do Judiciário após decisão do corregedor do CNJ, Luís Felipe Salomão**

Quase um ano após abrir uma reclamação disciplinar sobre a Lava-Jato, em Curitiba, o corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, decidiu afastar do Poder Judiciário a juíza Gabriela Hardt, ex-titular da 13ª Vara Federal da capital paranaense, dois desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e um juiz federal do Paraná. Eles são acusados de burlar a ordem processual, violar o código da magistratura, prevaricar e violar decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além de Gabriela, Salomão decidiu afastar das funções os desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores, Loraci Flores de Lima e o atual juiz da Lava-Jato, Danilo Pereira Júnior. De acordo com investigação feita pela corregedoria do CNJ, a juíza teria cometido irregularidades ao homologar um contrato que permitia a criação de uma entidade privada, do terceiro setor, para gerir recursos recuperados pela operação. A entidade teria procuradores

do Ministério Público Federal (MPF) entre seus gestores.

O acordo previa o envio de R\$ 2 bilhões a um fundo que seria gerido pelos procuradores envolvidos na operação. Os recursos tinham origem em acordos firmados com os investigados pela

operação entre 2015 e 2019. No entanto, o repasse foi suspenso pelo STF ainda em 2019. Na ocasião, o ministro Gilmar Mendes lançou diversas críticas contra a intenção, chegando a chamar o grupo do MPF no Paraná de "Orcrim (organização criminosa) da

Lava-Jato". E afirmou que o projeto se tratava de uma ação de "Criança Esperança", referência a uma ação da TV Globo.

Para Salomão, os fatos descobertos durante o trabalho da corregedoria são graves e exigem intervenção imediata.

"Os atos atribuídos à magistrada Gabriela se amoldam também a infrações administrativas graves, constituindo fortes indícios de faltas disciplinares e violações a deveres funcionais da magistrada, o que justifica a intervenção desta Corregedoria Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça", afirmou Salomão na decisão.

O parecer do corregedor aponta que Hardt admitiu ter discutido previamente decisões com integrantes da Lava-Jato antes que os despachos fossem proferidos, gerando violação "ao dever funcional de prudência, de separação dos Poderes, e ao código de ética da magistratura". As discussões teriam ocorrido fora do autos, em aplicativos como o WhatsApp.

"A decisão da magistrada (homologação do acordo) foi baseada exclusivamente nas informações incompletas (e até mesmo informais, fornecidas fora dos autos e sem qualquer registro processual) dos procuradores da força-tarefa da Operação Lava-Jato, sem qualquer tipo de contraditório ou intimação da União Federal", completou o corregedor.

# Descumprimento de ordens do STF

Sobre os desembargadores, a acusação é de que descumpriram determinações do Supremo. Uma dessas ordens não respeitadas pelos magistrados seria a que suspendeu os processos contra o ex-juiz da Lava Jato Eduardo Appio. Ele foi alvo de uma ação após ser acusado de ligar para o filho de um desembargador, em uma ligação não oficial, e que teria

como intuito gerar pressão sobre a corte de segunda instância.

Na época, os desembargadores faziam parte da 8ª turma do TRF. O colegiado deliberou sobre o caso e afastou Appio do cargo mesmo após a decisão da Suprema Corte já ter sido tomada, o que, para Salomão, gerou desequilíbrio no sistema de Justiça.

"O comportamento deliberado de descumprimento de ordem emanada da Suprema Corte contribui para um estado de coisas que atua contra a institucionalidade do país, tornando, por isso, gravíssimas as condutas em análise, frontalmente incompatíveis com a dignidade das funções de magistrado", afirmou

o corregedor. A decisão do corregedor deve ser levada ao colegiado do conselho para avaliação.

O ex-deputado federal Deltan Dallagnol, que foi o chefe da força-tarefa da Lava-Jato, criticou a decisão de Salomão e afirmou que o CNJ tenta dar aparente seriedade para fatos simples. "A decisão do corregedor nacional de

justiça de afastar cautelarmente a juíza Gabriela Hardt, que condenou Lula a mais de 12 anos de prisão pelo caso do sítio de Atibaia, é absolutamente constangedora. Apesar da tentativa de dar ares de gravidade e seriedade à decisão, a simples leitura do documento mostra se tratar de uma decisão frágil", disse Deltan. (RS)

## TRAGÉDIA

# PF tenta identificar corpos à deriva no PA

A Polícia Federal informou que ainda está em curso a análise e investigação preliminar da identidade dos corpos encontrados na embarcação à deriva no litoral paraense. O reboque do barco foi finalizado na noite de ontem pela Marinha. De acordo com testemunhas, o número de corpos pode chegar a 20 pessoas, mas "ainda não se sabe a quantidade, nacionalidade e causa da morte das vítimas", informou a PF.

O barco, fabricado com fibra de vidro, possui cerca de 13 metros de comprimento e foi encontrado no último sábado por um grupo de pescadores que filmaram o achado e declararam que os corpos já estavam em estado de decomposição. Em nota, a Marinha afirmou que a embarcação foi encontrada sem motores ou quaisquer sistemas de propulsão e direção. "Além disso, não apresenta sinais de danos estruturais, indicando não ter passado por naufrágio", acrescentou.

Os corpos serão analisados pelo Instituto Médico Legal (IML), onde serão realizados exames e protocolos de Identificação de Vítimas de Desastres (DVI), procedimento usado pela Interpol. O procurador-chefe do Ministério Público Federal (MPF) no Pará, Felipe de Moura Palha, anunciou a abertura de duas investigações, uma criminal e outra civil. "Uma investigação criminal foca em eventuais crimes cometidos e na responsabilização penal de autores. A investigação civil concentra-se em questões de interesse público e na proteção de direitos que não necessariamente envolvem crimes", acrescentou o MPF.

\*Estagiária sob supervisão de Evandro Éboli